

Anatel garante que celulares não afetarão TV digital

Presidente substituto da agência diz que população será estimulada a usar antenas externas, filtros e aparelhos conversores para evitar interferências na faixa de 700 MHz



Fernando Cesar Mesquita e dom Orani Tempesta presidem debate sobre TV digital e telefonia celular no Congresso

Em debate ontem no Conselho de Comunicação Social do Congresso (CCS), Jarbas Valente informou que testes estão sendo feitos para garantir a qualidade dos serviços de TV digital e de telefonia móvel 4G. Segundo ele, a

população será incentivada a usar antenas externas e as pessoas cadastradas no Bolsa Família deverão receber aparelhos conversores e filtros contra interferência, como estabelece a proposta de edital para a licitação da faixa. **2**

especial Cidadania



Marcello Casal Jr./ABr

Opções para mães que querem partos humanizados não são muitas no país

Aumento de cesáreas revela violência obstétrica

Ao contrário dos países desenvolvidos, proporção de partos cirúrgicos não para de crescer no Brasil. Reportagem espe-

cial aborda o tema, que preocupa parlamentares e foi tratado até pela CPI da Violência contra a Mulher. **4 e 5**

Senadores iniciam hoje esforço concentrado **2**

Relator não quer restringir pesquisas eleitorais **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Mais uma hora de visitação ao Congresso

A visitação do Congresso ampliou o horário de atendimento até 18 de julho. Por causa da Copa, Senado e Câmara ganharam iluminação verde e amarela e recebem turistas das 8h30 às 17h30. **2**

Iluminação do Congresso homenageia a Copa do Mundo, que começa no dia 12

Debatedores divergem sobre maconha

Descriminalização da droga recebeu manifestações de apoio e críticas durante a audiência pública feita ontem pela Comissão de Direitos Humanos.

O secretário-geral da Junta Nacional de Drogas do Uruguai, Julio Calzada, destacou o efeito positivo da legalização na redução da criminalidade no país. **7**



Gerardo Magaña/Agência Senado

Cristovam Buarque (C) coordena os debates com Ana Rita, Márcia Loureiro, Julio Calzada e Rafael Franzini-Battle

Jovens índios expõem fotos e debatem vida na Amazônia **8**

CPMI do Metrô define membros e a da Petrobras decide agenda **8**

Senado homenageia dois notáveis economistas **6**

Filtro e antena externa para ver TV sem interferências

Representante da Anatel disse ontem que população será incentivada a usar equipamentos para manter sinal da TV digital livre de ruídos provocados pelo uso de celulares na faixa dos 700 MHz

A POSSIBILIDADE DE interferência no sinal da TV digital pela telefonia móvel voltou a dominar o debate sobre a destinação da faixa dos 700 MHz em mais uma audiência pública feita pelo Conselho de Comunicação Social (CCS), ontem.

Para garantir a prestação dos dois serviços com qualidade, Jarbas Valente, presidente substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), explicou todo o processo técnico necessário antes de ser desativado completamente o sinal analógico no Brasil e começar a funcionar o sinal digital — o que está previsto para julho de 2016.

Valente detalhou os testes de campo e em laboratório realizados pela Anatel para avaliar as condições de transmissão e a convivência entre a TV e a tecnologia de quarta geração (4G). Para ele, o desafio será assegurar uma boa recepção apenas com antenas internas. Nesse sentido, a população será incentivada ao uso de antenas externas.

Além disso, aparelhos con-

versores e filtros contra interferência serão distribuídos às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, do governo federal, como estabelece a proposta de edital para a licitação da faixa.

Uma entidade ainda será criada para fazer a “limpeza” da faixa, porque algumas emissoras de TV ocupam a mesma frequência que será leiloada para as redes móveis. Todos os custos de limpeza da faixa serão calculados pela Anatel e divididos entre as empresas que vencerem o leilão.

Na opinião de Olímpio José Franco, presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), não há como evitar as interferências no sinal. Ele citou o exemplo da frequência usada pela polícia nas viaturas.

Já para o presidente-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), Eduardo Levy, é necessário determinar critérios de qualidade para definir o preço do leilão.

Ele alertou para o crescente

aumento da banda larga móvel no Brasil, atualmente com 150 milhões de acessos, e o investimento das empresas. Nesse mercado competitivo, em que os produtos mais desejados são os que mais consomem banda, que é limitada, Levy destacou o fato de não haver na licitação obrigação de cobertura em áreas remotas.

— Em médio prazo, a licitação da faixa de 700 MHz é a última oportunidade para atender áreas menos povoadas — disse.

Na mesma reunião, o Conselho de Comunicação marcou para o dia 7 de julho, às 9h, a realização de audiência pública sobre a flexibilização do programa *A Voz do Brasil*, tema de dois projetos em tramitação no Congresso.

O PLS 19/2011 confirma a obrigatoriedade de transmissão do programa no atual horário de veiculação e propõe que o mesmo passe a integrar o patrimônio imaterial do país. O PL 595/2003, por sua vez, flexibiliza o horário de transmissão para o período das 19h30 à 0h30.

Horário de visitaçao ao Congresso é ampliado até o fim da Copa

Com o aumento do número de turistas na cidade, o programa de visitaçao do Congresso ampliou o horário de atendimento em uma hora.

Até 18 de julho, o Senado e a Câmara recebem os visitantes das 8h30 às 17h30. Os passeios começam às 9h e os gru-

pos saem a cada meia hora. Às terças e quartas-feiras, as visitas só são realizadas com agendamento pelo e-mail visite@senado.gov.br. Nesses dias, há maior rigor em relação ao vestuário, e também é possível se informar sobre o assunto pelo e-mail.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Código do Consumidor

14h Em pauta, entre outros itens, o projeto de reforma do Código de Defesa do Consumidor e o que amplia a jornada dos motoristas profissionais.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

11h30 Renan recebe o presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Angelo Amato de Paola; às 15h30, Jorge Gerdau; e às 16h, preside a ordem do dia.

CMA Redução de emissões de gases

8h30 Projeto na CMA exige autorização da Funai para a negociação de títulos de redução de emissões de gases.

PROCESSO CIVIL Comissão temporária

9h Instalação da comissão temporária que irá estudar as alterações ao projeto que reforma o Código de Processo Civil.

CCT Serviços de telecomunicações

9h Em pauta, projeto que disciplina a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações e o que padroniza carregadores de celulares.

CDH/CAE Movimento Down

9h Reunião da CDH e CAE para lançamento de material produzido pelo Movimento Down para pessoas com deficiência.

CCJ Advocacia pública

9h A comissão discute advocacia pública como instrumento de segurança jurídica. Participam o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, entre outros.

CAE Financiamentos

10h Votação de crédito aos projetos Dom Helder Câmara e de expansão da educação infantil e fundamental em Florianópolis.

CPI DA PETROBRAS Depoimentos

10h15 A comissão ouve o ex-gerente-executivo da estatal Luis Carlos Moreira da Silva e o diretor Pedro Arruda.

CE Revalidação de diplomas

11h Diplomas de faculdades estrangeiras de excelência poderão ter revalidação e reconhecimento automático. Projeto nesse sentido consta da pauta da CE.

CONGRESSO Ano da Agricultura Familiar

12h Sessão do Congresso destinada a comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar, no Plenário do Senado.

CONSTITUIÇÃO Análise de emendas

14h Comissão de Consolidação da Legislação Federal analisa as emendas ao projeto sobre trabalho doméstico e escravo.

CDH Indígenas da Amazônia Legal

14h A comissão vai discutir a situação de adolescentes e jovens indígenas da Amazônia Legal brasileira.

CPMI DA PETROBRAS Plano de trabalho

14h30 Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobras se reúne para apreciar plano de trabalho.

CMMC Geração de energia

14h30 Debate sobre emissões por geração de energia, inclusive em transportes, na Comissão sobre Mudanças Climáticas.

CAE Política tributária

14h30 Debate sobre política tributária e sustentabilidade. Participam Cláudio dos Santos, do Ipea, e Ailton Santos, do Dieese.

DESENVOLVIMENTO URBANO Debate

14h30 “Desafios da reforma urbana” em debate na Subcomissão de Desenvolvimento Urbano, no âmbito da CI.

MEIO AMBIENTE Abertura da Semana

15h Abertura da Semana do Meio Ambiente em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho.

LIVRO Lançamento

18h Lançamento do livro *1964 na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart*.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**. Às **10h15**, reunião da **Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras**. E, às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Pedro Franco/Agência Senado



Fernando Cesar Mesquita e dom Orani Tempesta, vice e presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso

Começam hoje as votações do esforço concentrado

O esforço concentrado do Senado, que começaria ontem, vai começar hoje. O presidente da Casa, Renan Calheiros, fez a sugestão de adiamento diante da falta de quórum e lembrou que haveria conflito com o trabalho da CPI Mista da Petrobras.

A intenção é votar 17 propostas antes da Copa do Mundo. A reforma do Código de Defesa do Consumidor deverá ser um dos principais temas, com a votação do projeto que aumenta a proteção nas compras pela internet e do que estabelece medidas para conter o superendividamento. Outros destaques são a Lei da Palmada e o projeto que altera a Lei do Descanso dos caminhoneiros.

Os 17 projetos do esforço concentrado

- TERÇA**
 - PLC 62/2009 — **Complementar**: benefício a adotante de órfão recém-nascido
 - PLS 281/2012: regras para comércio eletrônico no Código de Consumidor
 - PLS 283/2012: regras para evitar superendividamento no CDC
- QUARTA**
 - PDS 787/2009: dupla tarifação de energia em imóveis com produção rural
 - PLC 41/2014: aumenta jornada dos motoristas profissionais na Lei do Descanso
 - PEC 35/2011: acelera tramitação de tratados, atos e acordos internacionais
 - PEC 15/2011: PEC dos Recursos, que garante prisão de condenado que recorrer
 - PEC 32/2010: estende ao TST tratamento dado pela Constituição ao STJ
 - PLS 58/2014: conhecido como Lei da Palmada, pune castigo físico em crianças
 - PLS 229/2009: Lei de Responsabilidade Orçamentária
 - PLC 6/2014: cria gratificações por acúmulo de função a juizes e procuradores
 - PLS 150/2013: período de defeso será contado para aposentadoria de pescador
- QUINTA**
 - SCD 264/1999: regulamenta reconhecimento de pós-graduação a distância
 - SCD 185/2008: torna obrigatório o ensino de arte na educação básica
 - PLS 559/2013: elimina carta-convite e tomada de preços em licitações
- SEXTA**
 - PLC 136/2011: doação de área entre universidades em Mato Grosso do Sul
 - PLC 78/2013: cria 17 cargos no TRT da 16ª Região, no Maranhão

Relatório é contra propostas sobre pesquisas eleitorais

Vários projetos criando restrições para a divulgação de pesquisas eleitorais receberam parecer contrário de Ronaldo Lemos, membro do Conselho de Comunicação Social do Congresso.

A COMISSÃO TEMÁTICA de Liberdade de Expressão e Participação Social do Conselho de Comunicação Social do Congresso aprovou por unanimidade, ontem, relatório contrário a uma série de propostas que pretendem criar regras para a divulgação de pesquisas eleitorais e punir condutas de partidos e coligações durante a campanha.

Segundo a análise feita pelo conselheiro Ronaldo Lemos, é equivocada a maneira como o PL 96/2011 propõe que uma pesquisa eleitoral seja considerada fraudulenta se o resultado não for semelhante ao que se verificar nas urnas, sem considerar a liberdade e o direito inalienável de o eleitor mudar de ideia após indicar preferência por um candidato num levantamento inicial, e, por esse motivo, não deveria ser aprovada.

Sobre a PEC 57/2012, de Luiz

Henrique (PMDB-SC), que veda a divulgação de pesquisas nos 15 dias que antecedem os pleitos eleitorais, o conselheiro acredita ser problemática a proibição em um momento crucial, a poucos dias da eleição. Segundo afirmou, as pesquisas idôneas têm efeito de servir de antídoto a fraudes eleitorais e a proibição a qualquer uma tornaria o país mais vulnerável e afetaria a soberania do eleitor, além de tocar na cláusula pétrea da Constituição que diz respeito à liberdade de expressão.

— As técnicas legislativas propostas não pareceram ser os caminhos adequados para lidar com o tema — afirmou.

Durante os debates, o conselheiro Celso Schröder afirmou que, apesar da recomendação contra as proposições, é preciso debater o problema da manipulação das pesquisas eleitorais, que existe mes-

mo e não é apenas “teoria conspiratória”.

— Ou continuaremos à mercê de pesquisas que são braços partidários e conteúdos dramáticos ou jornalísticos que se alinham a esta ou aquela posição — alertou.

O conselheiro Lemos também não se mostrou favorável ao PL 7.780/2010, em tramitação na Câmara, que pretende proibir emissoras de rádio e TV de utilizar montagens contra candidatos ou partidos e também proíbe a divulgação de filmes e documentários que possam ser considerados prejudiciais ou ofensivos. Segundo ele, criminalizar montagens não é o caminho. Ele apontou ainda a subjetividade para determinar se obras de ficção ou dramaturgia podem prejudicar quaisquer candidatos.

— É um cerceamento exagerado à liberdade de expressão — disse.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Decisão da comissão será apreciada pelo Pleno do Conselho de Comunicação

Comissão rejeita diploma obrigatório para jornalista

A maioria da Comissão Temática da Liberdade de Expressão, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, manifestou-se ontem contrária à obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Por 7 votos a 5, a comissão aprovou o relatório alternativo apresentado pelos conselheiros Alexandre Jobim e Ronaldo Lemos, em oposição ao relatório de Celso Schröder. O parecer da comissão segue para a deliberação do plenário do conselho.

Schröder analisou e apoiou as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 33/2009 e 386/2009, que tramitam na Câmara. Ambas propõem a previsão de obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo no país. As propostas foram feitas após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, que considerou inconstitucional a exigência contida no Decreto-Lei 972/1969, que regulamenta a profissão.

Segundo Schröder, que representa a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a

ação de inconstitucionalidade não partiu da sociedade civil, mas de empresas jornalísticas de São Paulo.

— Porque, obviamente, está contida na ação dessa empresa uma ideia de rebaixamento salarial da massa de jornalistas — afirmou.

A conselheira Maria José Braga também se manifestou favorável à obrigatoriedade do diploma. Para ela, é um equívoco confundir jornalismo com opinião.

Já o conselheiro Alexandre Jobim lembrou que ação de inconstitucionalidade interposta no STF também foi de autoria do Ministério Público e não é uma iniciativa exclusiva do empresariado.

Para o conselheiro Daniel Slaviero, mesmo com a decisão do Supremo, não houve um decréscimo na contratação, pelas empresas jornalísticas, de profissionais formados em universidades. Ele disse que, se a obrigatoriedade do diploma estivesse vigente, não poderiam haver ex-técnicos e ex-jogadores falando sobre a Copa do Mundo este ano.



Marcello Casal Jr./ABR

Pesquisas idôneas divulgadas a poucos dias da eleição podem servir de antídoto contra fraudes, afirma consultor

Requião: candidatos a presidente não entusiasmam eleitor

Roberto Requião (PMDB-PR) lamentou ontem o que considera a ausência, nas eleições presidenciais de 2014, de candidatos que ofereçam propostas concretas capazes de entusiasmar o eleitor.

Requião leu texto do presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch, em que o empresário afirma que quem tem a pretensão de governar o país precisa dizer quais são os planos para o futuro. No texto, Steinbruch destaca que é preciso dizer claramente que políticas sociais serão adotadas e como se pretende alcançar uma sociedade mais igualitária.

Requião lamentou a falta de candidatos com essas características.

Casildo Maldaner defende reforma política

É preciso que o país discuta e altere o sistema político-eleitoral para que o processo democrático continue em permanente aperfeiçoamento, disse ontem Casildo Maldaner (PMDB-SC). Para ele, qualquer sistema eleitoral deve ter como princípio norteador o desejo do cidadão, que, segundo disse, quer mudanças. E entre elas está o fim do voto obrigatório e o limite de reeleições também para o Parlamento.

O senador lembrou que a reforma política entrou em pauta nas manifestações populares:

— É preciso tirar o debate da reforma política de dentro dos gabinetes na construção de alternativas — disse.

Flexa Ribeiro critica a presidente por predizer o fim do PSDB

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou ontem a presidente Dilma Rousseff por declaração feita em viagem a Minas Gerais, atacando adversários políticos e afirmando que o PSDB “vai para o bebeléu”.

O senador lamentou que a presidente tenha utilizado uma viagem oficial a Belo Horizonte para atacar a honra de Aécio Neves (PSDB-MG), candidato tucano à Presidência da República, e afirmou que é o governo do Partido dos Trabalhadores que está em declínio, “deteriorando o Brasil”.

Flexa ainda criticou o governo pela situação econômica e pelos altos índices de violência.

Humberto diz que PSDB não quer que venha à tona legado de miséria

Humberto Costa (PT-PE) disse que a oposição criticou recente propaganda eleitoral de TV do PT a respeito do Brasil de hoje e do final do governo do PSDB porque não quer que venha à tona o legado de miséria, preços altos e arrocho salarial superado pelas gestões do Partido dos Trabalhadores.

O senador afirmou que, nos governos do PT, há índices maiores de redução da desigualdade social, do aumento da renda média do brasileiro e do aumento do salário mínimo. Com o PSDB, o mínimo não chegava a US\$ 100, enquanto hoje já ultrapassou os US\$ 300, salientou o parlamentar.

Mozarildo lamenta resultados do último governo em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a afirmar que Roraima tem sido mal administrada e abriga um forte esquema de corrupção. Segundo o senador, Roraima “tinha tudo para ser um estado modelo” porque recebe recursos consideráveis e tem uma população relativamente pequena.

De acordo com Mozarildo, o resultado dos sete anos de governo de José de Anchieta Júnior, que deixou o cargo em abril, é um caos na saúde, na educação e na segurança, além de uma dívida que chega a R\$ 2,7 bilhões.

O parlamentar disse que uma fiscalização mais rigorosa impediria o mau uso do dinheiro público.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Na contramão das tendências dos países desenvolvidos e muito longe das recomendações da Organização Mundial da Saúde, proporção de partos cirúrgicos vem aumentando ano após ano no Brasil, fazendo cada vez mais comuns os casos de bebês nascidos antes da hora e de tratamentos agressivos e desrespeitosos às mães, classificados como violência obstétrica

Número de cesáreas não para de crescer no Brasil

Cintia Sasse

EM PLENA MADRUGADA, no início de abril, Adelir Carmem Lemos de Góes, de 29 anos, foi surpreendida pela visita de um oficial de justiça acompanhado de policiais armados que a forçaram, com o marido, a acompanhá-los a um hospital em Torres, município distante quase 200 quilômetros da capital gaúcha, onde foi submetida a uma cesariana sem consentimento. O caso dramático e inédito de Adelir mobilizou pelas redes sociais protestos de defensores do parto humanizado e escancarou à opinião pública um dos principais desafios das políticas voltadas para a saúde da mulher: a necessidade de mudar o modelo que fez do Brasil o campeão disparado das cesáreas no mundo.

Embora haja uma tendência mundial de aumento desse tipo de operação para a chegada dos bebês, em decorrência, conforme documento do Ministério da Saúde, do melhor acesso aos sistemas de saúde, da maior disponibilidade de tecnologias, melhoria das técnicas cirúrgicas e anestésicas, vantagens financeiras pelo custo e planejamento desse tipo de cirurgia e a percepção sobre a segurança de certos procedimentos, os países acendem o sinal vermelho quando a proporção chega a 30%.

Há cinco anos, o Brasil cruzou a linha dos 50% de partos por cesárea. E de lá para cá, só mais aumentado, distanciando-se cada vez mais dos 15% recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Apesar das iniciativas do governo nos últimos 20 anos, não houve reversão desse quadro. O modelo brasileiro continua centrado na medicalização dos partos e nos hospitais. A coordenadora-geral de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Maria Esther Vilela, afirmou, em entrevista ao **Jornal do Senado**, que 98% dos partos no país são hospitalares.

Considerada a maior pesquisa sobre parto realizada no país, *Nascer no Brasil*, divulgada recentemente pelo ministério e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entrevistou 23.894 mulheres atendidas em maternidades públicas, privadas ou conveniadas ao SUS, entre fevereiro de 2011 e outubro de 2012. Os resultados comprovam que não há recuo nas cesáreas. Quase um milhão de mulheres são submetidas a parto cirúrgico



Bebê recém-nascido é examinado na Casa de Parto de São Sebastião (DF), que começou como um centro obstétrico de baixo risco e hoje é conduzido somente por enfermeiras obstetras

co todos os anos, mesmo sem indicação médica adequada, inclusive entre as adolescentes, cuja taxa atingiu 42%. Segundo a coordenadora da pesquisa, a epidemióloga Maria do Carmo Leal, não há justificativas clínicas para percentuais tão elevados. O estudo mostrou que quase 70% das entrevistadas desejavam o parto vaginal no início da gravidez, mas poucas são apoiadas nessa decisão durante a gestação e muitas são induzidas pelos próprios obstetras.

Esse excesso de cesarianas produziu outro problema: a proporção elevada de bebês

Uma em cada quatro mulheres sofre violência no parto

retirados antes da hora. Isso os expõe a maiores riscos, inclusive com internações mais frequentes em UTIs neonatais. A pesquisa indicou que 35% dos bebês brasileiros nasceram com 37 ou 38 semanas de gestação, ou seja, no limite da prematuridade. O estudo apontou também que a taxa de prematuros (antes de 37 semanas) atinge 11,5%, proporção, por exemplo, 60% mais alta do que na Inglaterra.

Reação no Congresso

Essa situação alarmante e o caso Adelir, o único a ter interferência judicial para obrigar uma mulher em trabalho de parto a fazer cesárea, contribuíram para reacender os debates no Congresso. Na terça-feira passada, a pedido das senadoras Ana Rita (PT-ES) e Vanessa Grazziotin (PCDoB-AM), audiência conjunta da Comissão de Direitos Humanos (CDH) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) iniciou o ciclo de discussões no Senado. No começo de maio, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara

realizou o seminário Faces da Violência contra a Mulher.

As duas Casas se debruçaram sobre temas importantes, como violência obstétrica, desrespeito à mulher em decisões sobre seu corpo, prevalecendo opiniões médicas, como no caso Adelir, falhas das faculdades que continuam jogando no mercado profissional desatualizados e despreparados, ausência ou pouca informação que oriente a mulher na escolha, ganhos econômicos e financeiros desse tipo de assistência e a necessidade de resgatar as experiências positivas de um modelo que foi sendo substituído, progressivamente, a partir dos anos 70.

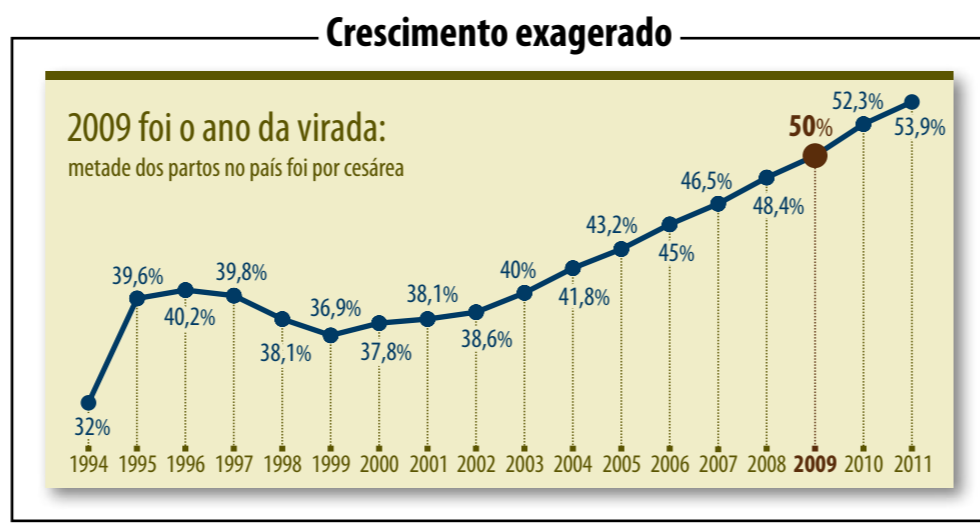
Atenção domiciliar

Até meados do século 20, os brasileiros vinham ao mundo pelas mãos de obstetras e parteiras. Os partos normais prevaleciam.

Muitos fatores influenciaram para tirar o protagonismo da mulher no momento mais especial de sua vida. Um deles foi o avanço da tecnologia. Isso fez com que o médico não pudesse ir mais à casa das gestantes com uma simples maleta.

— O cuidado médico foi se sofisticando e as gestantes passaram a ter que ir ao hospital para fazer determinados procedimentos — explica a médica e professora da Universidade de Brasília (UnB) Daphne Rattner, presidente da Rede de Humanização do Parto e do Nascimento (ReHuNa), entrevistada pelo **Jornal do Senado**.

As parteiras e as obstetras perderam espaço no novo modelo de assistência médico-hospitalar urbano. Enquanto essa mudança estava em curso no Brasil, países europeus como



Inglaterra, Holanda, Alemanha e Espanha continuavam desenvolvendo a assistência às mulheres com enfermeiras obstetras, obstetras e parteiras. Nesse modelo, os médicos só entram quando os partos complicam, apresentando risco real de morte para a mãe e o bebê.

Violência obstétrica

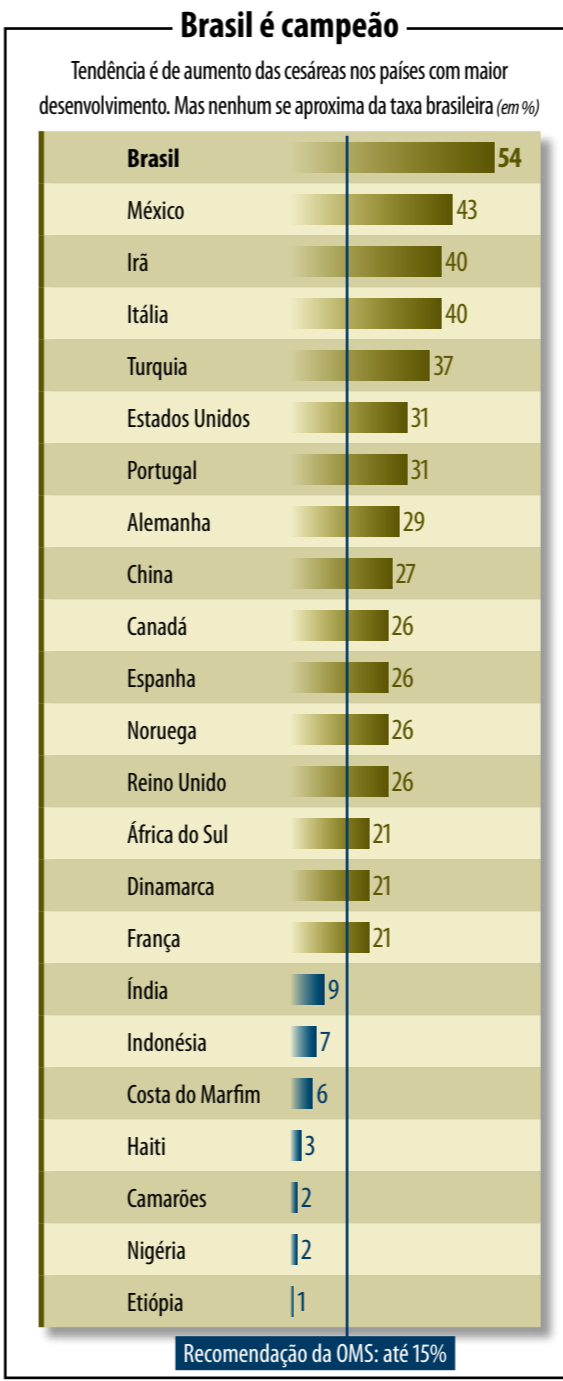
Existe um fator delicado que induziu muitas mulheres brasileiras à cesárea: práticas que hoje são consideradas violência obstétrica associaram o parto normal a momentos de medo, desamparo, de verdadeira tortura, dependendo do hospital e do médico. Isso é tão real e presente que uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo de 2010, *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*, revelou que uma entre quatro mulheres declara ter sofrido algum tipo de violência obstétrica.

Essa proporção assustadora constou do relatório final da CPI da Violência contra a Mulher, sob responsabilidade da senadora Ana Rita. Apesar de não investigar diretamente a obstétrica, a CPI a incluiu entre as formas de violência contra as mulheres brasileiras.

E no que ela consiste? O conceito internacional a define como qualquer ato ou intervenção direcionado à mulher grávida, parturiente ou puérpera (que deu à luz recentemente), ou ainda ao seu bebê, praticado sem o consentimento explícito e informado da mulher e/ou em desrespeito a sua autonomia, integridade física e mental, aos seus sentimentos, opções e preferências.

Ativistas do parto humanizado apontam, entre esses atos, frases usuais nos hospitais que desqualificam e ofendem a mulher, como “para de berrar, na hora de fazer não gritou” ou “não faça escândalo”. São tratamentos agressivos, grosseiros e zombeteiros, nomes infantilizados e diminutivos, procedimentos dolorosos, desnecessários ou humilhantes, como lavagem intestinal, raspagem de pelos pubianos, submeter a mulher a mais de um exame de toque, às vezes por mais de um profissional, posição ginecológica com portas abertas, dar hormônios (ocitocina) para agilizar o parto, fazer episiotomia (incisão na região do períneo, entre o ânus e a vagina, para aumentar o canal do parto) sem consentimento.

E não param por aí. Existe



Rede pública tem boa experiência de parto humanizado

Informação é o melhor caminho para que a mulher contribua no resgate do papel de protagonista no trabalho de parto, parto e pós-parto. Essa é a aposta do Ministério da Saúde, que deve lançar após a Copa a nova *Caderneta da Gestante*. Com dicas e cuidados a serem observados desde a descoberta da gravidez, a caderneta traz uma série de orientações importantes, de direitos assegurados em lei a serviços oferecidos pela rede do SUS, como testes para identificar HIV e sífilis, até quadro comparativo entre cesárea e parto normal, além de divulgar o número 180 como canal para as denúncias contra a violência obstétrica.

Essa é mais uma iniciativa do governo para estimular a humanização do parto. Em 2011, a Rede Cegonha ofereceu um modelo de atenção ao parto e ao nascimento, com base em discussões e experiências que se desenvolvem desde a década de 80. O modelo que se almeja, segundo a coordenadora-geral de Saúde da Mulher do ministério, Maria Esther Vilela, é o do Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte.

Documentário de aproximadamente uma hora, divulgado pelo ministério, mostra que é possível entrosar médicos e enfermeiras obstetras, doulas comunitárias e agentes de saúde. O Sofia Feldman possui um conselho integrado não só por médicos, enfermeiras e administradores da instituição, como também por representantes da comunidade. Os depoimentos evidenciam que há um controle social dos recursos e dos gastos da instituição, totalmente voltada para a humanização do parto e do nascimento.

De acordo com o modelo preconizado pela Rede Cegonha, o Sofia Feldman tem Centro de Parto Normal (CPN), onde enfermeiras obstétricas (podendo também ser obstetras) atendem os partos de baixo risco. Todo o ambiente é projetado para oferecer bem-estar e tranquilidade, com recursos para ajudar a aliviar a dor durante o trabalho de parto.

Saiba mais

Audiência conjunta CDH e CAS em 27 de maio
<http://bit.ly/audiencia27maio>

Lei 11.108/2005 garante presença de acompanhante
<http://bit.ly/Lei11108>

Novas normas do Ministério da Saúde para atenção humanizada
<http://bit.ly/Portaria371>

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Comparação	
CESÁREA	PARTO NORMAL
<ul style="list-style-type: none"> Mais dor e dificuldade para andar e cuidar do bebê após a cirurgia. Mais riscos de ter febre, infecção, hemorragia e interferência no aleitamento. Maior risco de complicações na próxima gravidez. 	<ul style="list-style-type: none"> Rápida recuperação, facilitando o cuidado com o bebê após o parto. Menos riscos de complicações, favorecendo o contato pele a pele imediata com o bebê e o aleitamento. Menor risco de complicações na próxima gravidez, tornando o próximo parto mais rápido e fácil.
PARA O BEBÊ	
<ul style="list-style-type: none"> Mais riscos de nascer prematuro, ficar na incubadora, ser afastado da mãe e demorar a ser amamentado. Mais riscos de desenvolver alergias e problemas respiratórios na idade adulta. 	<ul style="list-style-type: none"> Na maioria das vezes, ele vai direto para o colo da mãe. O bebê nasce no tempo certo e os sistemas e órgãos são estimulados para a vida por meio das contrações uterinas e da passagem pela vagina.

Fonte: Ministério da Saúde

to, como banhos de banheira e chuveiro, massagens e caminhadas. No CPN do Feldman há até esquadra com plantas medicinais, por sugestão da comunidade.

Se há complicações, ou dependendo da escolha das gestantes, elas são encaminhadas ao hospital. Lá também existe a Casa da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), como recomenda a Rede Cegonha. Alguns dos depoimentos mais comovedores do documentário são das puérperas, que, assim, podem ficar próximas e visitar constantemente os bebês que, por alguma razão, precisam ficar internados na UTI neonatal. Embora não tenha sido apresentado no documentário, a presidente da ReHuNa, Daphne Rattner, informou que o Sofia Feldman já está preparado para oferecer o parto domiciliar pelo SUS.

Outro bom exemplo é o das casas de parto, como a que existe em São Sebastião, nos arredores de Brasília. O local foi escolhido porque, segundo a enfermeira obstetra Elaine Gonçalves, que lá tra-

balha desde 2001, quando o centro foi inaugurado, um médico obstetra da principal maternidade pública de Brasília, o HMIB, identificou que a maioria dos partos de baixo risco era de moradoras de São Sebastião, onde predomina população carente.

O que começou como um centro obstétrico de baixo risco, com médicos obstetras e pediatras, foi transformado em uma casa de parto em 2009, conduzida somente por enfermeiras obstetras. Atualmente conta com 16 enfermeiras e é a única no Distrito Federal a fazer partos humanizados pelo SUS, inclusive para as gestantes que preferem partos na água.

Conforme Jussara Vieira, que chefiava a unidade, ainda são poucas as moradoras de Brasília que conhecem a casa, que atende a média de 40 partos mensais. Porém, está crescendo o interesse, principalmente de gestantes de classe média que procuram as vantagens do parto normal e uma assistência humanizada. Jussara informou que há planos do governo para ampliar a unidade e instalar outras casas de parto no Distrito Federal.

Parto humanizado é oferecido por enfermeiras em casa de parto em São Sebastião, perto de Brasília, desde 2009



Cintia Sasse

Em sessão especial, economistas foram saudados como grandes contribuidores para a construção do pensamento econômico nacional, cujas ideias ajudaram a organizar o Estado brasileiro pós-Vargas

Ignácio Rangel e Rômulo Almeida são homenageados

O SENADO HOMENAGEOU ontem em Plenário dois dos mais importantes economistas brasileiros do século 20: o maranhense Ignácio Rangel e o baiano Rômulo Almeida. Eles foram elogiados pela contribuição para a construção do pensamento econômico brasileiro e pela concepção de políticas de desenvolvimento que, entre outros objetivos, buscavam integrar e desenvolver regiões mais atrasadas, como o Nordeste.

Os propositores da sessão, os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Lídice da Mata (PSB-BA), destacaram a importância do resgate da memória de ambos neste ano de 2014, em que se comemora o centenário de nascimento dos dois homenageados. Além de contemporâneos, Rangel e Almeida mantiveram estreita colaboração profissional. Seus nomes estão ligados à concepção, no período democrático da Era Vargas, do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, da Petrobras e da Eletrobras,



Sessão comemora 100 anos de nascimento dos economistas nordestinos

entre outras iniciativas.

— São personalidades singulares, cujas ideias e cuja atuação deixaram marcas profundas e duradouras na história recente do Brasil — assinalou Inácio.

Getúlio tinha por objetivo viabilizar a industrialização do país, buscando estabelecer um capitalismo de base nacional, conforme Lídice. Por isso, criou uma assessoria econômica destinada a conceber projetos de desenvolvimento energético, diante da visão de que esse era um ponto crucial para o desenvolvimento do país. Convidado para a função de coordenador, Almeida in-

tegrou à equipe, entre outros profissionais, o maranhense Rangel.

— Rômulo Almeida e Ignácio Rangel não foram dois pensadores nordestinos apenas. Foram dois nomes fundamentais na organização do Estado brasileiro pós Getúlio Vargas. Portanto, do Estado brasileiro que existe até hoje — assinalou Lídice.

Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou a contribuição dos nordestinos na reflexão sobre o Brasil e situou, ao lado de Almeida e Rangel, outros pensadores oriundos da região, como o também economista Celso Furtado.

Audiência interativa debate os desafios da reforma urbana

Hoje, às 14h30, a Subcomissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano realiza audiência pública interativa para debater os desafios da reforma urbana. Estão convidados vários gestores do DF.

PARTICIPE ÀS 14h30

▶ **Alo Senado:**
www.senado.leg.br/alosenado

▶ **Tempo real:**
http://bit.ly/CIreformaAS

▶ **Facebook:** alosenado

▶ **Twitter:** @AloSenado

▶ **Alô Senado:** 0800 612211

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

▶ **Taquigrafia:** http://bit.ly/CISPID

Raupp coordenará comitê da Comissão Mista de Orçamento

O Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves (COI) do Congresso será coordenado por Valdir Raupp (PMDB-RO). O colegiado, que funciona no âmbito da Comissão Mista de Orçamento (CMO), é responsável pela atualização de informações relativas a obras e serviços em que foram identificados indícios de irregularidades graves, relacionados em anexo à Lei Orçamentária Anual (LOA).

O relatório final da LOA deverá ser votado até meados de julho pela CMO.

Ministro pede a Renan votação de aposentadoria especial para pescadores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita do ministro da Pesca, Eduardo Lopes (foto). O ministro pediu a Renan a aprovação do PLS 150/2013, de Paulo Paim (PT-RS), que concede aposentadoria especial a pescadores e trabalhadores de atividades afins a partir dos 25 anos de contribuição previdenciária.

Renan informou ao ministro que o projeto está na pauta do esforço concentrado desta semana.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Simon critica possível verba do BNDES para porto no Uruguai

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem a possibilidade de o Brasil financiar a construção de um grande porto no Uruguai, o que, para ele, vai



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo Simon, o financiamento do BNDES inseriria o Uruguai nas

grandes rotas marítimas internacionais, concorrendo diretamente com os portos brasileiros, notadamente o de Rio Grande (RS). Ele acredita que a ampliação do Porto do Rio Grande custaria menos ao governo e reforçaria a importância desse terminal marítimo para o progresso da metade sul do estado.

Baixa produtividade precisa ser enfrentada pelo Brasil, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção para a baixa produtividade do trabalho no Brasil. Ele citou pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aplicada (Ipea) segundo a qual, nos últimos 30 anos, a produtividade da indústria de transformação no país despencou 15%. O Ipea mostra

que, enquanto nos anos 80, a diferença entre a produtividade do Brasil e dos países ricos era de 180% a 200%, hoje chega a 300%.

Entre as causas da baixa produtividade, Paim lembrou a gestão deficiente, o pouco investimento em pesquisa e inovação e problemas na formação do trabalhador.

Programa Bolsa Família reduz desigualdade, afirma Ana Rita

Os R\$ 24 bilhões destinados ao Bolsa Família e outros programas representam apenas 1% do PIB, disse ontem Ana Rita (PT-ES), ao citar dados que, na opinião dela, comprovam a eficácia do programa na redução das desigualdades sociais.

O benefício é pago, desde 2003, a 14 milhões de famílias

e alcança 50 milhões de brasileiros. Em 2002, segundo ela, 76 milhões de brasileiros viviam com menos de meio salário mínimo. No mesmo período, acrescentou, 50% da riqueza do país estava concentrada nas mãos dos 10% mais ricos, enquanto que apenas 10% da riqueza do Brasil ficava com metade da população.

Alvaro quer suspender política nacional de participação social

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou ontem um projeto de decreto legislativo para suspender a vigência do decreto federal que criou a Política Nacional de



Waldemir Barreto/Agência Senado

Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social (Decreto 8.243/2014). O governo pretende "fortalecer e articular os mecanismos e

as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil". Para o senador, o decreto pode enfraquecer o Congresso, burocratizar a tomada de decisões e favorecer a partidização dos processos de tomada de decisão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Regulação da maconha recebe apoio e críticas

Participantes de debate e internautas divergiram sobre a legalização, enquanto representante do Uruguai explicou como o país busca controle depois de liberar cultivo e venda

O PRIMEIRO DEBATE sobre legalização da maconha, ontem, foi marcado por manifestações da plateia contra a descriminalização e intervenções em defesa do uso medicinal. O principal convidado, o secretário-geral da Junta Nacional de Drogas do Uruguai, Julio Calzada, destacou o efeito positivo da legalização sobre a criminalidade no país.

Cristovam Buarque (PDT-DF), relator na Comissão de Direitos Humanos (CDH) para a sugestão popular que define regras para o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha (Sugestão 8/2014), fez questão de ressaltar que regulamentação não é liberação.

— Nosso desafio é quebrar o tráfico e eliminar a necessidade de drogas para satisfazer o vazio que cada um sente.

Pela sugestão, enviada pelo Portal e-Cidadania, seria considerado legal “o cultivo

caseiro, o registro de clubes de cultivadores, o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda de maconha no atacado e no varejo e a regularização do uso medicinal”.

Calzada afirmou que o narcotráfico e os crimes correlatos foram destruídos no país com medidas descriminalizadoras. Ele disse que o Uruguai despenalizou o uso de drogas há 40 anos e a evolução do consumo e os aspectos colaterais são semelhantes aos dos países que ainda criminalizam o uso.

— Temos a convicção de que um país que alcança cidadania plena é aquele que melhor convive, e não necessariamente o que mais reprime.

Calzada destacou que a liberação exige educação para evitar o hábito do consumo. Há normas para controle, com registro do usuário no momento da compra e limites para o plantio. Uma pessoa pode

ter até seis pés de maconha em casa, longe de crianças, e pode haver clubes de até 45 membros com 99 plantas.

— A maioria das pessoas não vai querer plantar em casa, mas pode recorrer ao comércio legal. Mas é preciso uma intervenção direta do Estado para garantir que o marco legal seja respeitado.

Segundo Calzada, o Uruguai acabou com o narcotráfico, mas há a consciência de que não existe a possibilidade de um mundo sem drogas.

— Por que a pessoa que deseja usar a maconha para fins medicinais ou recreativos precisa se envolver com o narcotráfico? O narcotráfico é absolutamente econômico. No Uruguai, o mercado de maconha representava 90% das drogas ilegais em narcotráfico.

Leia reportagem especial sobre o tema: <http://bit.ly/Cidadania473>

Política uruguaia zerou mortes ligadas à droga, relata secretário

O Uruguai conseguiu reduzir a zero as mortes ligadas ao uso e ao comércio da maconha desde que o país adotou regras para regular o cultivo e a venda da droga, afirmou Calzada. Em resposta a Cristovam, ele disse que a legalização da maconha talvez aumente o número de usuários, mas a combinação com outras ferramentas de política pública, em aspectos culturais e sociais, poderá modificar padrões de consumo e levar à redução de usuários.

O secretário uruguaio afirmou que respostas dependem de clareza na delimitação do problema. Ele apresentou aos senadores perguntas que devem ser respondidas: qual é a questão central das drogas? O foco deve estar na substância? Nas pessoas? Na cultura? Na sociedade? Na política? Na geopolítica? Nas normas? Na fiscalização do tráfico ilícito?

Os países, disse Calzada, devem ter em conta que as substâncias — tabaco, maconha, heroína, cocaína — não são iguais e devem ser analisadas nas particularidades e tratadas conforme o conjunto de aspectos referentes a cada uma. Pela

grande complexidade do problema, disse, o Uruguai busca embasar as ações em evidências científicas.

Conforme avaliou, a criminalização de usuários de drogas seria ineficiente por fazer com que cidadãos passem a ser tratados como viciados ou dependentes. Uma das consequências, segundo ele, é o sistema de saúde ficar refratário a essas pessoas. Dados citados pelo secretário dão conta de que mais de 90% dos usuários de drogas não buscam ajuda no sistema de saúde.

Calzada afirmou ainda que, como outras drogas — o álcool, por exemplo —, há riscos e efeitos colaterais negativos com o consumo de maconha, o que requer regulação e controle do Estado.

A audiência, que teve participação popular pelos canais de interatividade do Senado, foi a primeira de um ciclo de debates promovido pela CDH para ouvir autoridades, lideranças sociais e intelectuais, visando embasar o parecer da comissão sobre proposta de iniciativa popular (Sugestão 8/2014) que define regras para o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha.



Ana Rita, Márcia, Cristovam e Franzini ouvem o relato do responsável pela política de drogas uruguaia, Julio Calzada

População condena, diz debatedora

No debate, houve mais opiniões contrárias do que favoráveis à regulamentação da maconha. Na página interativa, os internautas foram mais favoráveis à liberação.

Coordenadora do movimento social Maconha Não, Marisa Lobo separou a questão medicinal da terapêutica. Ela informou que estudo da Universidade Federal de São Paulo constatou que 75% da população não aceita a regulamentação de nenhuma droga. Admitiu, porém, o uso de canabidiol — medicamento feito à base de *Cannabis* — para tratamento de condições como epilepsia e esclerose múltipla.

— Nossa função é proteger o adolescente. A repressão não funciona, mas nossa educação e cultura não estão preparadas para a legalização.

Dependente químico

em recuperação, Jorge Damasceno fez um apelo para que a maconha continue proibida. Ele contou que usou maconha por 30 anos e que a droga o levou à cocaína e a outras substâncias.

Já o estudante Thiago Caetano defendeu o direito de plantar maconha em casa.

— Eu não comprava bebida alcoólica porque estava com uniforme e ninguém venderia. Mas a maconha eu comprava na porta do colégio. Se um dia meu filho fumar maconha, vai ser porque

ele quer. Todo mundo deveria ter livre arbítrio.

Luiz Bassuma, ex-deputado federal, ponderou que o caso brasileiro, com 3 milhões de usuários, é mais complexo que o uruguaio. Nazareno Feitosa, da Polícia Federal, também considera a liberalização um erro. Elismar Santander, que trabalha com reinserção de dependentes, disse que a maconha abre portas para outras drogas — mesma posição de Moisés Moreno, que relatou experiência da Polícia Civil.



Participantes da audiência se mostram contrários à liberação

Especialista explica opinião da ONU

Rafael Franzini-Battle, representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime no Brasil (Unodc), afirmou que as ações da ONU sobre drogas têm foco na saúde e consideram vulnerabilidades sociais. Ele observou que os países precisam dar resposta dura ao tráfico de drogas, mas refutou a ideia de uma “guerra contra as drogas”.

— Numa guerra há um ganhador e um perdedor. O problema das drogas é multifacetado e multissetorial — disse.

A coordenadora de Combate aos Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores, Márcia Loureiro, frisou que o assunto engloba ciência, direitos humanos e responsabilidade compartilhada entre países. O marco legal internacional, disse, é formado por três con-

venções da ONU já incluídas no ordenamento jurídico brasileiro.

— A Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961 reconhece que o uso médico de drogas narcóticas continua indispensável para o alívio da dor e do sofrimento.

Márcia afirmou que existem foros multilaterais para a abordagem do problema na Organização das Nações Unidas (ONU), na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na União de Nações Sul-Americanas (Unasul). O Brasil participa de todos os fóruns, acrescentou, que têm objetivo comum de formação de redes para favorecer o intercâmbio de informações e ajuda mútua.

Ao citar estudo recente sobre o tema, a coordenadora do Ministério das Relações Exteriores afirmou que ganha força

o enfoque do problema das drogas sob a ótica da saúde pública, visão já incorporada às políticas públicas, disse, mas que ainda enfrenta limitação de recursos.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), explicou que proposta de iniciativa popular, como a Sugestão 8/2014, passa por um exame inicial da CDH e, se considerada admissível, é convertida em projeto de lei e passa a tramitar nas comissões indicadas pela Mesa do Senado.

Cristovam destacou a importância do debate para que a sociedade e o Parlamento possam refletir se vale a pena correr o risco da regulamentação da maconha para reduzir a violência ligada ao consumo ou se o país deve persistir em medidas convencionais de combate ao consumo e tráfico de drogas.

Jovens índios participam de audiência e de exposição

Trabalhos de oficina de fotografia no Alto Rio Solimões, retratando sete povos da Amazônia, começam a ser exibidos hoje no Senado. Também hoje, comissão debate situação de adolescentes indígenas

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) debate hoje, às 14h, a situação de crianças e adolescentes indígenas da Amazônia. A audiência, solicitada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ana Rita (PT-ES), foi proposta pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Além da audiência, começa hoje no Senado a exposição fotográfica *EyeSee — ver o mundo pela fotografia*, parceria entre o Unicef e o setor privado.

A exposição, que ficará no Espaço Ivandro Cunha Lima, no Senado, é resultado da oficina de fotografia com jovens indígenas do Alto Rio Solimões, realizada em Tabatinga (AM). Sete povos indígenas foram retratados pelos jovens das aldeias, que virão ao Senado participar do lançamento da mostra.

O objetivo do evento é dar visibilidade às desigualdades que impactam sobre as popu-



Integrantes de oficina fotográfica vão participar da abertura da exposição

lações indígenas da Amazônia.

— Há uma tripla exclusão: étnica, por serem indígenas; de classe, por serem pobres; e geracional, por serem jovens, que pode ser até pior se são mulheres — disse Gary Stahl, representante do Unicef.

Segundo Stahl, a audiência será um momento importante para que os próprios jovens e adolescentes indígenas — estarão presentes sete, do Acre, do Amazonas e de Roraima — falem de suas histórias e

desafios, buscando mostrar aos parlamentares a importância de ouvir esses grupos.

Para o Unicef, a audiência é um momento estratégico para produzir informação e análise que contribua para uma maior visibilidade dos temas relacionados aos direitos de adolescentes e jovens da Amazônia no Senado, gerando canais de diálogo e participação dos adolescentes com senadores e sugerindo prioridades legislativas.

Audiência apresenta material com legislação sobre deficientes

As Comissão de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Econômicos (CAE) fazem audiência hoje, às 9h, para divulgar material que disponibiliza legislações de interesse das pessoas com deficiência.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h	
▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHleituraEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHleituraAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos	

Emissão de gases na produção de energia será debatida hoje

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas promove hoje, às 14h30, discussão sobre emissões por geração de energia.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h30	
▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CMMGasesEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CMMGasesAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #transporte	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoMudancasClimaticas	

Vanessa quer liberação de terreno para escola de medicina em Coari



A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem em Plenário que o município amazonense de Coari está prestes a receber uma escola de medicina da Universidade Federal do Amazonas. Mas ainda falta a prefeitura fazer a destinação do terreno para que a obra comece.

Segundo Vanessa, o governo federal vai investir R\$ 15 bilhões este ano na reforma e construção de hospitais universitários e na criação de mais 11 mil vagas para os cursos de graduação. O Amazonas só tem uma cidade com curso de medicina: Manaus. A segunda será Coari.

Ana Amélia cobra aprovação do Plano Nacional de Educação



Ana Amélia (PP-RS) espera que a Câmara conclua logo a votação do Plano Nacional de Educação (PNE), que fixa metas para os próximos dez anos na área educacional.

Triplidar as matrículas na educação profissional foi uma das metas do PNE citadas pela senadora.

— Se quisermos alcançar padrões ótimos em nossa educação, será preciso acreditar mais no futuro e agir no presente. Concluir a votação do PNE é a melhor maneira de tornar a educação do país mais eficiente, mais moderna — afirmou Ana Amélia.

Gurgacz critica ação dos órgãos ambientais nas obras da BR-319



Acir Gurgacz (PDT-RO) criticou ontem, em pronunciamento no Plenário, a lentidão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto do Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) para autorizarem a realização de um estudo ambiental nas unidades de conservação ao longo da BR-319, que corta o estado de Rondônia.

O senador criticou a falta de sintonia entre os órgãos governamentais, fato que aponta como o principal motivo para o atraso do processo de licenciamento ambiental.

Randolfe pede que o Brasil dê asilo a Edward Snowden



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu ontem ao governo que conceda asilo ao norte-americano Edward Snowden, ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos, que, há cerca de um ano, denunciou o monitoramento de telefonemas e internet no mundo pela instituição.

— Somos uma nação soberana que teve seus direitos violados, e esse jovem prestou informações fundamentais à nossa soberania. Que o Brasil dê asilo a esse jovem, como a alguém importante à nação. Ele tem importantes informações sobre nossa segurança.

Lídice registra estudo sobre perspectivas da energia eólica na Bahia

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) registrou estudo publicado na revista *Bahia Ciência* a respeito das perspectivas positivas da energia eólica no estado. A parlamentar disse que o potencial dos ventos na Bahia, favorecido pelas condições geográficas, permite gerar mais energia do que as seis grandes hidrelétricas do mundo, e, com o aproveitamento correto, tornaria o estado um importante exportador de eletricidade.

Lídice da Mata também reiterou proposta de sua autoria de criação da Agência de Desenvolvimento do Oeste da Bahia. Essa agência, explicou, deve dar unidade às ações governamentais para aquela região.

CPI Mista da Petrobras define hoje o plano de trabalho

O presidente da CPI Mista da Petrobras, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), deu um dia para que os integrantes da comissão examinem melhor o plano de trabalho apresentado ontem pelo relator, deputado Marco Maia (PT-RS). A CPI volta a se reunir hoje, às 14h30, para definir o plano.

A proposta do deputado prevê que sejam ouvidos, em um primeiro momento, os ex-diretores da Petrobras Nestor Cerveró e Paulo Roberto Costa. Em seguida, seria convocado o doleiro Alberto Youssef, preso pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

O plano de trabalho prevê também que o ex-presidente da Petrobras Sergio Gabrielli

e a atual presidente, Graça Foster, só prestem depoimentos numa segunda fase, após a análise de documentos.

Além do plano de trabalho, Maia pretende votar 227 dos 609 requerimentos já apresentados. Muitos pedem quebras de sigilo.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) avaliou como “modesto e estratégico” o plano de trabalho e criticou o que considerou economia nas quebras de sigilo, em contraste com um número exagerado de depoimentos.

— Isso é uma estratégia para empurrar para a frente o depoimento de pessoas importantes. O correto é estabelecermos prioridades.



Presidente da CPI, Vital recebe o plano de trabalho do relator, Marco Maia

CPI Mista dos Metrô pode ser instalada amanhã

A CPI Mista dos Metrô pode ser instalada amanhã ou no dia 10, na opinião do líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE). Ele lembrou que todos os líderes da Câmara já indicaram os membros e faltam poucos no Senado. O prazo vence hoje. Para Humberto, como as investigações estão em estágio avançado, o relatório final poderá ser apresentado em poucos meses.

Alvaro Dias (PSDB-PR) su-

geriu que os trabalhos sigam além de denúncias sobre São Paulo e o Distrito Federal.

— A empresa francesa Alstom atuou em vários metrô, especialmente no desvio de recursos federais para os metrô de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Rio de Janeiro. Em pouco tempo não se investigará. Esse anúncio já pressupõe chapa-branca para o relatório final da CPI.